

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

ção mais geral, a economia popular é constituída por atividades económicas e práticas sociais desenvolvidas pelas classes populares para garantirem, através do trabalho e dos recursos escassos de que dispõem, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais, e, se possível, melhorarem as suas condições de vida. Complementarmente, as redes de entreatajuda e as diversas formas de ação coletiva permitem aproveitar os recursos da comunidade e consolidar uma cultura de solidariedade capaz de manter a coesão do grupo.

Não sendo meros resíduos pré-capitalistas, estas formas económicas persistem tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas e renovam-se em períodos de crise. Abundantes estudos sobre o campesinato e a pequena produção artesanal mostram que um sistema económico que nunca foi dominante em parte nenhuma pode sobreviver durante séculos e manter o essencial da sua racionalidade. Uma espécie de economia moral, baseada no costume e na experiência, funciona como concha protetora e reduz os impactos desagregadores do sistema económico dominante, seja ele o feudalismo, o capitalismo ou o socialismo de Estado. O mesmo se aplica, sem grandes alterações às restantes formas de economia popular que partilham a mesma sociabilidade de raiz local, baseada no interconhecimento, na transparência de papéis e na confiança, e se expressam em ações coletivas de carácter popular movidas pela necessidade de autopreservação.

Mesmo quando a expansão dos mercados penetra os espaços mais fechados das comunidades, a desagregação das relações sociais baseadas na reciprocidade e na entreatajuda solidária e a corrosão destes valores é lenta e incompleta e, por isso, os sistemas económicos populares sofrem um processo de metamorfose mas resistem.

Pedro Hespanha

Economia Solidária

Economia Solidária é uma designação recente e ainda pouco usada em Portugal e o seu maior contributo em conjunturas de crise parece ser o de comprovar a possibilidade de modos concretos e alternativos de produzir, trocar e consumir. Numa aceção muito genérica, engloba uma diversidade de atividades económicas, baseadas em relações de cooperação e em princípios de gestão democrática, distinguindo-se assim da economia de mercado que predomina largamente nas sociedades contemporâneas, baseada em relações de competição e em princípios de valorização do capital.

Muitas dessas formas têm raízes fortes no passado, como é, a título de exemplo, o caso do trabalho comunitário ou da entreatajuda camponesa, das iniciativas populares solidárias, do mutualismo rural ou operário, das cooperativas nas suas diferentes modalidades ou da produção autogestionária. Outras são mais recentes e surgem, mais ou menos espontaneamente, de situações críticas para a existência das camadas mais vulneráveis da população em que é necessário encontrar as respostas que o mercado não dá, juntando esforços e trabalhando em conjunto, como no caso dos clubes de troca, das moedas sociais ou do comércio justo, entre uma infinidade de empreendimentos possíveis. Outras, enfim, são soluções alternativas à economia capitalista, pensadas e inventadas no seio de organizações e movimentos sociais contra-hegemónicos, inspiradas num pensamento crítico do modelo económico dominante e na avaliação positiva das inúmeras iniciativas que visam democratizar a economia e desenvolver alternativas socioeconómicas mais justas, mais democráticas e mais sustentáveis através do trabalho cooperativo e solidário.

A solidariedade que dá corpo a estas iniciativas é uma solidariedade entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e aspirações e não se confunde, portanto, com a solidariedade, de base religiosa ou laica, fundada nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia.

Pedro Hespanha e Luciane Lucas dos Santos

Economia verde

O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP 2010) define a “economia verde” como aquela capaz de produzir melhores condições humanas e equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e as “escassezes ecológicas”. A economia verde permitiria supostamente alcançar ao mesmo tempo uma baixa emissão de carbono, a eficiência energética e a inclusão social. Trata-se de uma formulação muito vasta de objetivos que, no atual regime técnico e económico-político, são de facto incompatíveis.

Embora a reconversão do sistema económico para tecnologias “verdes” seja uma necessidade, essa reconversão não garante por si só nem uma maior equidade social nem a preservação de recursos naturais. Em muitos casos, a implantação de estruturas que incorporam tecnologias “verdes”, como a coíncineração de resíduos, a energia eólica ou fotovoltaica, ou o transporte ferroviário, é objeto de disputas e contestação social por causa do